

Demonstrações Contábeis

Individuais

Banco Bradesco BBI S.A

1S22



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado... 5

Demonstração do Resultado Abrangente... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 32

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, do Banco Bradesco BBI S.A. (BBI ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O BBI opera como Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessorando clientes em ofertas primárias e secundárias de ações, transações de fusão, aquisição e venda de ativos, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, tais como debêntures, notas promissórias, CRIs, CRAs, fundos imobiliários, FIDCs e *bonds*, dentre outros, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e projetos na modalidade *Project Finance*.

No primeiro semestre de 2022, o BBI assessorou 144 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 209 bilhões.

O lucro líquido registrado somou R\$ 769 milhões, correspondente a R\$ 122,41 por lote de mil ações, patrimônio líquido de R\$ 4.480 milhões e ativos totais de R\$ 10.077 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 246 milhões, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R\$ 4.346 milhões, sem movimentação de ações nominativas-escriturais. Ainda em processo de aprovação pelo Bacen.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 04 de agosto de 2022.

Diretoria

Balanco Patrimonial

	Nota	R\$ mil	
		Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo			
Disponibilidades	4	4	5
Instrumentos financeiros		4.440.521	10.322.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	127.743	6.853.993
Títulos e valores mobiliários	6	3.341.920	2.691.185
Instrumentos financeiros derivativos	7	845.698	661.623
Outros Instrumentos financeiros	8	125.160	115.901
Provisões para perdas esperadas		(10.961)	(10.962)
Outros créditos		(10.961)	(10.962)
Créditos tributários	25c	562.930	679.051
Investimentos em coligadas e controladas	9	4.407.627	4.162.096
Imobilizado de uso	10	29.149	28.780
Intangível	11	265.070	254.861
Depreciações e amortizações		(170.141)	(150.618)
Imobilizado de uso	10	(13.268)	(12.034)
Intangível	11	(156.873)	(138.584)
Outros ativos	12	562.476	624.575
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(10.062)	(10.062)
Total do ativo		10.076.613	15.900.428

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balço Patrimonial

	Nota	R\$ mil	
		Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		4.832.140	-
Outros passivos financeiros	13a	4.832.140	-
Provisões		180.061	205.184
Outras provisões	14	180.061	205.184
Impostos diferidos	26e	387.490	303.550
Outros passivos	15	197.093	352.179
Total do passivo		5.596.784	860.913
Patrimônio líquido	17		
Capital social		7.046.500	6.800.000
Redução de capital		(4.346.500)	-
Reservas de capital		561.091	561.091
Reservas de lucros		1.243.482	7.706.997
Outros resultados abrangentes		(24.744)	(28.573)
Total do patrimônio líquido		4.479.829	15.039.515
Total do passivo e patrimônio líquido		10.076.613	15.900.428

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado

	Nota	R\$ mil	
		Acumulado em 30 de junho	
		2022	2021
Receitas da intermediação financeira		801.652	163.769
Operações de crédito		26	158
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	617.551	319.532
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	184.075	(155.921)
Despesa de intermediação financeira		(112.140)	-
Operações de captações no mercado	13b	(112.140)	-
Resultado da intermediação financeira		689.512	163.769
Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1	-
Outros créditos		1	-
Resultado bruto da intermediação financeira		689.513	163.769
Outras receitas/(despesas) operacionais		516.718	591.483
Receitas de prestação de serviços	18	561.441	739.950
Despesas de pessoal	19	(112.725)	(104.746)
Outras despesas administrativas	20	(59.688)	(66.789)
Despesas tributárias	21	(74.017)	(79.902)
Resultado de participações em coligadas e controladas	9b	243.722	131.751
Outras receitas operacionais	22	30.477	20.469
Outras despesas operacionais	23	(73.079)	(48.663)
Reversão/(Despesas) de provisões	16b	587	(587)
- Trabalhistas		-	(975)
- Cíveis		(4)	388
- Fiscais		591	-
Resultado operacional		1.206.231	755.252
Resultado não operacional	24	169	143
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.206.400	755.395
Imposto de renda e contribuição social	26	(437.480)	(208.978)
Lucro líquido		768.920	546.417
Lucro por lote de mil ações em R\$		122,41	86,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Lucro líquido do período	768.920	546.417
Outros resultados abrangentes	3.830	(4.406)
Ajustes de avaliação patrimonial	3.830	(4.406)
- Coligadas e controladas	3.830	(4.406)
Resultado abrangente do período	772.750	542.011

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Evento	R\$ mil							
	Capital Social	Redução de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucro		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
				Legal	Estatutária			
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	6.500.000	-	561.091	662.553	6.339.258	(25.782)	-	14.037.120
Aumento de capital com reserva	300.000	-	-	-	(300.000)	-	-	-
Complemento de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(1.087)	-	-	(1.087)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.406)	-	(4.406)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	546.417	546.417
Destinações:								
- Reservas	-	-	-	27.321	513.905	-	(541.226)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(5.191)	(5.191)
SalDOS em 30 de junho de 2021	6.800.000	-	561.091	689.874	6.552.076	(30.188)	-	14.572.853
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	6.800.000	-	561.091	728.367	6.978.631	(28.574)	-	15.039.515
Aumento de capital com reserva	246.500	-	-	(246.500)	-	-	-	-
Redução de Capital	-	(4.346.500)	-	-	-	-	-	(4.346.500)
Dividendos pagos com reservas	-	-	-	-	(6.978.631)	-	-	(6.978.631)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	3.830	-	3.830
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	768.920	768.920
Destinações:								
- Reservas	-	-	-	38.446	723.169	-	(761.615)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(7.305)	(7.305)
SalDOS em 30 de junho de 2022	7.046.500	(4.346.500)	561.091	520.313	723.169	(24.744)	-	4.479.829

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Impostos	1.206.400	755.395
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(219.274)	(111.734)
Depreciação e Amortização	11.385	10.216
Amortização de Ágio	8.151	8.151
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(243.722)	(131.751)
Constituição/Atualização de Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	1.005	1.794
Perda na Venda de Imobilizado de Uso	-	21
Outros	3.907	97
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	987.126	643.923
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.662	(60.924)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(650.735)	(224.052)
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(184.075)	155.921
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	(9.260)	1.409
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	61.482	75.699
Aumento/(Redução) em Outros Passivos Financeiros	4.832.140	-
Aumento/(Redução) em Outras Provisões	(30.036)	(7.714)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(59.305)	(71.992)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(77.005)	(65.548)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	9.674.994	446.722
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(383)	(60)
Aquisição de Intangível	(10.209)	(8.402)
Dividendos Recebidos	2.640	2.244
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(7.952)	(6.218)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(7.242.131)	(5.854)
Redução de Capital	(4.346.500)	-
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(11.588.631)	(5.854)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.921.589)	434.650
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	2.049.336	729.652
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	127.747	1.164.302
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.921.589)	434.650

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BBI S.A. (BBI ou Instituição) é uma instituição financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do BBI evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 04 de agosto de 2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	4	5
Total de disponibilidades (caixa)	4	5
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	127.743	2.049.331
Total caixa e equivalentes de caixa	127.747	2.049.336

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Total	
			Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Aplicações no mercado aberto:	127.743	-	127.743	2.049.331
Letras do tesouro nacional	127.743	-	127.743	2.049.331
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	-	-	-	4.804.662
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	4.804.662
Total em 30 de junho 2022	127.743	-	127.743	
%	100,0	-	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2021	2.049.331	4.804.662		6.853.993
%	29,9	70,1		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	26.638	11.671
Subtotal	26.638	11.671
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	181.632	60.924
Total (Nota 6c)	208.270	72.595

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação da carteira

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Carteira própria	3.337.671	2.687.155
Cotas de Fundos de Investimento	1.827.182	1.183.652
Ações	1.510.489	1.503.503
Vinculados a Prestação de Garantias	4.249	4.030
- Letras Financeiras do Tesouro	4.249	4.030
Total	3.341.920	2.691.185

b) Classificação por categorias e prazos

R\$ mil								
Títulos	1 a 30 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2022			Em 31 de dezembro de 2021	
				Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	1.834.168	4.249	-	1.838.417	1.837.806	611	1.187.682	3
Cotas de fundos de investimento (1)	1.827.182	-	-	1.827.182	1.827.182	-	1.183.652	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.249	-	4.249	4.247	2	4.030	3
Ações	6.986	-	-	6.986	6.377	609	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.503.503	-	-	1.503.503	1.550.003	(46.500)	1.503.503	(46.500)
Ações (3)	1.503.503	-	-	1.503.503	1.550.003	(46.500)	1.503.503	(46.500)
Total geral em 30 de junho 2022	3.337.671	4.249	-	3.341.920	3.387.809	(45.889)		
Total geral em 31 de dezembro de 2021	2.687.155	-	4.030				2.691.185	(46.497)

(1) No encerramento do semestre, o BBI possuía R\$1.660.742 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 985.049 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) As ações classificadas como disponível para venda no realizável a longo prazo de R\$ 1.503.503 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.503.503 mil), referem-se às ações preferenciais resgatáveis e não resgatáveis sem cotação em bolsa e o valor justo dessas ações é calculado por meio de modelo interno.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Títulos de renda variável	408.514	247.013
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	208.270	72.595
Títulos de renda fixa	767	(76)
Total	617.551	319.532

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda e opções. A política de gestão de riscos da Organização Bradesco (Organização) é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente a operações de *swaps* e futuros, sendo registrados na B3.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R\$ mil			
	Em 30 de junho 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Valor de referência	Valor líquido	Valor de referência	Valor líquido
Contratos de opções				
Posição ativa:	845.698	845.698	661.623	661.623
- Compromisso de venda	845.698	845.698	661.623	661.623

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor de mercado e prazos.

Os instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 845.698 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 661.623 mil) encontram-se com vencimento acima de 360 dias.

c) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Contratos de opções	184.075	(155.921)
Total	184.075	(155.921)

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Rendas a receber	73.438	65.949
Devedores por depósitos em garantia	45.424	43.654
Outros investimentos	6.298	6.298
Total	125.160	115.901

9) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

	R\$ mil	
	Em 30 de junho 2022	Em 31 de dezembro de 2021
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	167.002	151.245
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	2.294.010	2.168.594
BRAM Bradesco Asset Management S.A DTVM	1.005.179	932.424
2B Capital S.A.	222.873	217.022
Embaúba Holdings Ltda.	569.650	548.655
Companhia Securitizadora de Crédito Financeiro Rubi	148.913	144.156
Total	4.407.627	4.162.096

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Resultado de participações em coligadas e controladas” e estão demonstrados abaixo:

R\$ mil								
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro Líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			Em 30 de junho 2022	Em 30 de junho de 2021
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	70.000	167.003	-	70.000	99,99%	15.909	15.909	10.881
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	1.087.950	2.294.010	971.562	-	100,00%	123.425	123.425	65.256
BRAM Bradesco Asset Management S.A DTVM	430.000	1.005.179	9.322	-	100,00%	73.452	73.452	50.294
2B Capital S.A.	224.167	224.979	60.014	-	100,00%	5.434	5.434	(342)
Embaúba Holdings Ltda.	340.000	688.697	-	283.448	83,37%	24.128	20.115	4.480
Companhia Securitizadora de Crédito Financeiro Rubi (1)	1.028.459	2.058.897	430.311	-	7,27%	74.140	5.387	1.182
Total							243.722	131.751

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no conselho de administração e na diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

10) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo Líquido de Depreciação	
				Em 30 de junho 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Edificações	4%	961	(935)	26	27
Terrenos	-	30	-	30	30
Instalações, móveis e equipamentos	10%	20.622	(6.181)	14.441	14.725
Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança	10%	7.536	(6.152)	1.384	1.964
Total em 30 de junho 2022		29.149	(13.268)	15.881	
Total em 31 de dezembro de 2021		28.780	(12.034)		16.746

11) INTANGÍVEL

Corresponde a desenvolvimento de *software*. O valor do custo corresponde a R\$ 102.060 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 91.851 mil), sendo sua amortização acumulada correspondente a R\$ 33.257 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 23.119 mil), e o valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 68.802 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 68.732 mil).

O ágio oriundo da incorporação do Banco Boavista S.A. (Boavista), em 28 de novembro de 2017, refere-se à aquisição das ações do BBI detidas pelos ex-controladores da Ágora CTVM S.A., que foram adquiridas em 2014. O valor do custo corresponde a R\$ 163.010 mil, sendo sua amortização acumulada corresponde a R\$ 123.616 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 115.466 mil), e o valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 39.394 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 47.545 mil) por rentabilidade futura e amortizado em 10 anos.

12) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Tributos antecipados e a compensar	549.194	610.691
Outros investimentos	4.186	4.186
Adiantamento de salários a funcionários	2.346	369
Rendas a receber	2.022	2.640
Outros ativos	4.728	6.689
Total	562.476	624.575

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Recursos de instituições financeiras**

	R\$ mil		
	181 a 360 dias	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Depósitos interfinanceiros	4.832.140	4.832.140	-
Total	4.832.140	4.832.140	-

b) Operações com captação ao mercado

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Depósitos Interfinanceiros	112.140	-
Total	112.140	-

14) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Provisão Fiscais	21.893	21.980
Provisão Cíveis	17.443	16.956
Provisão Trabalhistas	10.174	10.023
Provisão para outras contingências	44.226	40.319
Provisão para pagamentos a efetuar	86.325	115.906
Total	180.061	205.184

15) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Fiscais e previdenciárias	172.017	60.700
Obrigações por aquisição de bens	15.524	24.901
Sociais e estatutárias	7.305	263.500
Outras	2.247	3.078
Total	197.093	352.179

16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I- Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do BBI não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do BBI são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV-Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.022	16.956	21.980
Constituições líquidas de reversões		4	(591)
Atualização monetária	605	483	504
Pagamentos	(453)	-	
Saldo em 30 de junho de 2022	10.174	17.443	21.893

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2022, R\$ 16 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 11 mil) para os processos cíveis e R\$ 705.748 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 685.361 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 396.184 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 383.796 mil); e
- Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência complementar e também sobre valores pagos a título de participação dos empregados nos lucros e resultados – PLR, no valor de R\$ 90.840 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 87.840 mil).

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.046.500 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 6.800.000 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 6.281.497.478 (Em 31 de dezembro de 2021 – 6.281.497.478) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 246.500 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva Legal”, sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R\$ 4.346.500 mil, com contrapartida da conta “Reserva Estatutária”, sem movimentação de ações nominativas-escriturais. Ainda em processo de aprovação pelo Bacen.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do período	6.281.497.478	6.281.497.478	6.800.000	6.500.000
Aumento de capital com reservas (1)(2)	-	-	246.500	300.000
Saldo no final do período	6.281.497.478	6.281.497.478	7.046.500	6.800.000

(1) Em 28 de maio de 2021, o Banco Central homologou Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril, que deliberou o aumento de capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros – Estatutária no montante de R\$ 300.000 mil, sem emissão de ações; e

(2) Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 246.500 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva Legal”, sem emissão de novas ações nominativas-escriturais;

c) Reservas de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	1.243.482	7.706.998
- Reserva Legal (1)	520.313	728.367
- Reserva Estatutária (2) (3)	723.169	6.978.631

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.
- (3) Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R\$ 4.346.500 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", sem movimentação de ações nominativas-escriturais. Ainda em processo de aprovação pelo Bacen.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	768.920	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	38.446	
Base de cálculo	730.474	
Dividendos propostos em 30 de junho de 2022	7.305	1%
Dividendos propostos em 30 de junho de 2021	5.191	1%

f) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Colocação <i>underwriting</i>	304.565	511.577
Serviços de cobranças	100.460	101.226
Análise financeira	79.558	96.208
Análise técnica <i>underwriting</i>	75.647	29.957
Outras	1.211	982
Total	561.441	739.950

19) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Proventos	63.552	64.562
Encargos sociais	23.585	18.908
Benefícios	21.354	17.740
Participação dos empregados nos lucros	4.011	3.267
Treinamentos	223	269
Total	112.725	104.746

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Serviços de terceiros	20.477	20.544
Depreciações e amortizações	19.536	18.367
Aluguéis	4.154	3.340
Processamento de dados	3.693	2.507
Serviços técnicos especializados	3.158	13.582
Propaganda, promoções e publicidade	2.441	1.527
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.323	1.480
Outras	4.906	5.442
Total	59.688	66.789

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Contribuição à COFINS	42.080	33.504
Impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	25.058	33.961
Contribuição do PIS	6.838	5.445
Impostos e taxas	41	6.992
Total	74.017	79.902

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Receitas financeiras	29.340	18.664
Recuperação de encargos e despesas	817	416
Reversão de provisão operacional	320	1.389
Total	30.477	20.469

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Comissão de intermediação de operação	58.912	46.747
Provisões passivas	3.907	374
Outras despesas financeiras	2.912	-
Atualização monetária	1.600	763
Outras	5.748	779
Total	73.079	48.663

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Rendas de aluguéis	169	164
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(21)
Total	169	143

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A divulgação das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	127.743	2.049.331	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	4.804.662	-	-
Dividendos a receber	-	-	2.021	2.640
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	4.832.140	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7.305	263.500	-	-
Outros Passivos	-	-	2.979	3.582

	Acumulado em 30 de junho – R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de intermediação financeira	208.270	72.595	-	-
Despesa de intermediação financeira	(112.140)	-	-	-
Outras despesas	(39.592)	(39.728)	(5.247)	(3.617)

(1) Banco Bradesco S.A

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 13.475 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 11.148 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 7.700 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 6.300 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN no 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Remuneração	5.132	5.280
Total	5.132	5.280

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Planos de previdência complementar de contribuição definida	3.491	2.706
Total	3.491	2.706

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.206.400	755.395
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(542.880)	(339.928)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	109.675	59.288
Despesas indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis (1)	(5.639)	70.580
Outros valores	1.364	1.082
Imposto de renda e contribuição social do período	(437.480)	(208.978)

(1) Refere-se substancialmente a dividendos recebidos de ações.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(237.419)	(190.479)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(97.726)	63.556
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(45.482)	(36.469)
Prejuízo fiscal	(56.853)	(45.586)
Total dos impostos diferidos	(200.061)	(18.499)
Imposto de renda e contribuição social do período	(437.480)	(208.978)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2022
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	40.224	-	-	40.224
Provisões cíveis	7.437	219	-	7.656
Provisões fiscais	80.933	227	(266)	80.894
Provisões trabalhistas	4.510	272	(204)	4.578
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	207	-	-	207
Impairment de títulos e investimentos	1.948			1.948
Outros	70.344	25.529	(39.563)	56.310
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	205.603	26.247	(40.033)	191.817
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	452.523	-	(102.335)	350.188
Subtotal	658.126	26.247	(142.368)	542.005
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	20.925	-	-	20.925
Total dos créditos tributários (Nota 26d)	679.051	26.247	(142.368)	562.930
Obrigações fiscais diferidas (Nota 26e)	303.550	83.957	(17)	387.490
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	375.501	(57.710)	(142.351)	175.440

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2022	31.599	24.004	25.235	20.571	101.409
2023	14.680	10.469	107.027	86.004	218.180
2024	4.202	2.086	62.266	49.085	117.639
2025	4.134	2.032	-	-	6.166
2026	4.134	2.032	-	-	6.166
2027	3.796	1.979	-	-	5.775
2028	48.737	37.933	-	-	86.670
Total	111.282	80.535	194.528	155.660	542.005

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho 2022 o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 509.284 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 620.192 mil), sendo: R\$ 173.565 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 187.026 mil) de diferenças temporárias; e

R\$ 335.719 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 433.166 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 30 de junho de 2022
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	297.731	83.109	(1)	380.839
Atualização de depósito judiciais	5.819	848	(16)	6.651
Total dos impostos diferidos (Nota 26c)	303.550	83.957	(17)	387.490

27) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	4	-	-	-	-	4
Instrumentos financeiros	361.695	307.467	4.973	3.766.386	-	4.440.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez	127.743	-	-	-	-	127.743
Títulos e valores mobiliários	117.561	307.105	4.249	2.913.005	-	3.341.920
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	845.698	-	845.698
Outros Instrumentos financeiros	116.391	362	724	7.683	-	125.160
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.961)	-	-	-	-	(10.961)
Outros créditos	(10.961)	-	-	-	-	(10.961)
Créditos tributários	-	107.494	110.461	344.975	-	562.930
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	4.407.627	4.407.627
Imobilizado de uso	317	1.585	1.902	12.047	30	15.881
Intangível	1.803	9.016	10.820	86.558	-	108.197
Outros ativos	11.992	31.327	32.453	486.704	-	562.476
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(10.062)	-	-	-	-	(10.062)
Total em 30 de junho de 2022	354.788	456.889	160.609	4.696.670	4.407.657	10.076.613
Total em 31 de dezembro de 2021	2.293.863	171.658	5.510.598	3.762.183	4.162.126	15.900.428

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	-	4.832.140	-	-	4.832.140
Outros passivos financeiros	-	-	4.832.140	-	-	4.832.140
Provisões	108.322	1.911	3.463	66.365	-	180.061
Outras provisões	108.322	1.911	3.463	66.365	-	180.061
Impostos diferidos	-	-	-	387.490	-	387.490
Outros passivos	29.373	-	160.415	7.305	-	197.093
Total do passivo	137.695	1.911	4.996.018	461.160	-	5.596.784
Patrimônio líquido	-	-	-	-	4.479.829	4.479.829
Total em 30 de junho de 2022	137.695	1.911	4.996.018	461.160	4.479.829	10.076.613
Total em 31 de dezembro de 2021	223.255	264.635	3.077	369.946	15.039.515	15.900.428

28) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB no 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil de 30 de junho de 2022 foi de R\$ 768.920 mil (Em 30 de junho de 2021 – R\$ 546.417 mil), não houve resultado não recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Bradesco BBI, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Outros assuntos

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A Organização está analisando os impactos, porém não se espera que os mesmos sejam relevantes para as demonstrações contábeis.

d) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2022.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP
Caixa Postal 79518 – CEP 04707-970 – São Paulo – SP – Brasil
Tefone: 55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Bradesco BBI S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração de títulos e valores mobiliários de emissores privados e instrumentos financeiros derivativos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 e 7 às demonstrações contábeis, o montante dos títulos e valores mobiliários classificado na categoria de disponíveis para venda é de R\$ 1.503.503 mil e o montante de instrumentos financeiros derivativos é de R\$ 845.698 mil (ativo), mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado são utilizados dentro de um modelo de precificação (nível 2 na hierarquia de valor justo).

A determinação dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores privados e instrumentos financeiros derivativos, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o BBI efetua julgamentos significativos na determinação dos métodos e premissas utilizados, como taxas de juros e spreads de crédito. Os títulos e valores mobiliários de emissores privados classificados na categoria “Disponíveis para venda” também são avaliados quanto a indicadores de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas utilizadas, tais como avaliação do risco de crédito.

Consideramos a mensuração do valor de mercado e a avaliação de indicadores de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados e instrumentos financeiros derivativos como um assunto significativo para nossa auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) definição, aprovação e aplicação dos modelos utilizados na mensuração do valor de mercado de títulos e valores mobiliários de emissores privados e instrumentos financeiros derivativos; (ii) captura de dados relevantes para a mensuração do valor de mercado; (iii) verificação da aderência dos cálculos do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros por área independente; (iv) definição e aplicação das premissas utilizadas na avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como risco de crédito da contraparte.

Avaliamos as premissas consideradas na análise do spread de crédito utilizado na precificação desses instrumentos financeiros de emissores privados, bem como aquelas consideradas na avaliação dos indicadores e na mensuração da perda do valor recuperável.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo BBI nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos títulos e valores mobiliários de emissores privados e instrumentos financeiros derivativos, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4



bradesco
bbi